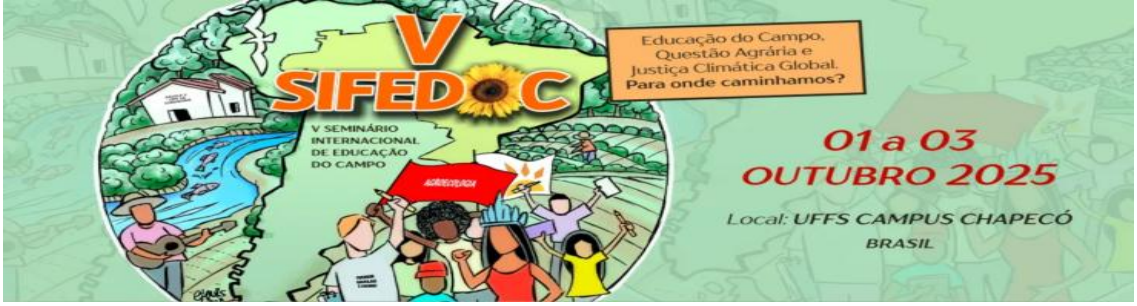


TERRITÓRIOS E REFORMA AGRÁRIA: O PROCESSO DE OCUPAÇÃO E RESISTÊNCIA DO ACAMPAMENTO FIDEL CASTRO NO ESPÍRITO SANTO

Eric de Oliveira[1]

Débora Monteiro do Amaral[2]

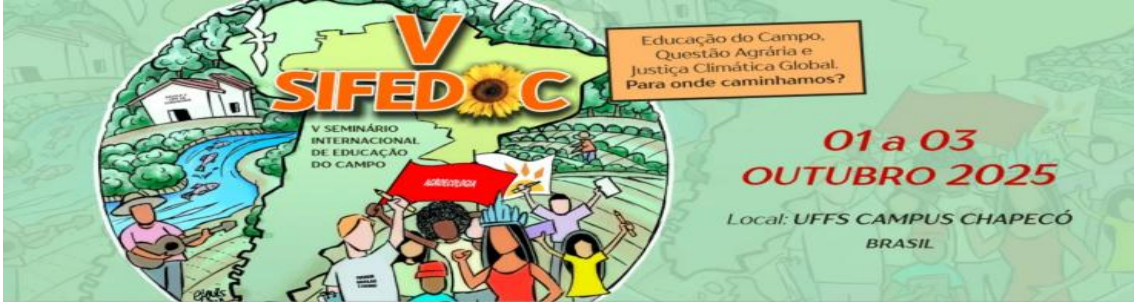
Círculo de Saber: Questão agrária e disputas territoriais dos povos do campo, das águas e das florestas

Resumo: O presente artigo, trata sobre o processo de luta e resistência do Acampamento Fidel Castro com sua ocupação no ano de 2016 para a conquista da Reforma Agrária Popular, a organicidade das famílias acampadas, o modo de vida e produção de alimentos. Por meio da pesquisa qualitativa, levantamento bibliográficos, pesquisa de campo e sistematização das informações coletadas, conceitua-se os institutos relacionados ao tema, especialmente a territórios, acampamentos e assentamentos. O objetivo é mostrar o processo de luta e conquista da terra pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no norte do estado do Espírito Santo, fazendo uma leitura do processo de distribuição e ocupação das terras. Algumas considerações finais, apontam que as famílias estão interessadas em cultivar a terra e lutam pela tão sonhada realização da reforma agrária com a desapropriação da terra ocupada e a realização de mais um assentamento no estado do Espírito Santo.

Palavras-chave: Reforma Agrária; Acampamento; MST.

[1] Mestre em Educação e Professor da Escola Família Agrícola de Jaguaré. E-mail: eric.eira.mepes@gmail.com.

[2] Doutora em Educação. Professora no Curso de Licenciatura em Educação do Campo e no Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação na Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: deboramdoamaral@gmail.com



Introdução

A história de luta e resistência do Acampamento Fidel Castro, começou com um trabalho de base realizado no ano de 2016, pela frente da massa [3] organizada, iniciando com a mobilização e organização dos trabalhadores em busca da conquista da terra para trabalhar e melhorar suas condições de vida.

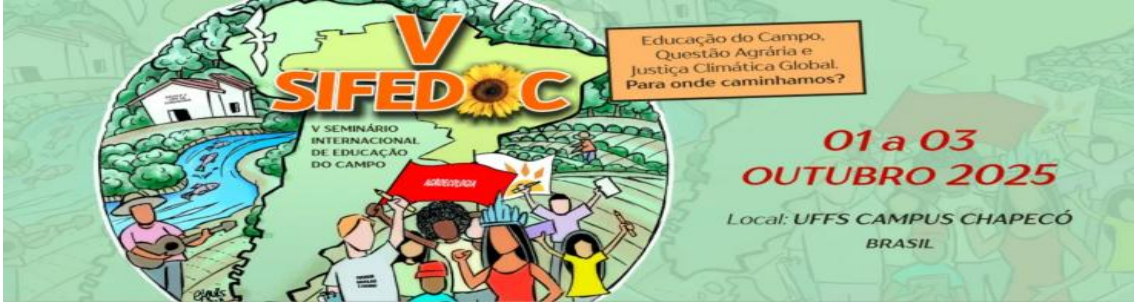
Diante do atual cenário que se encontra o município de Conceição da Barra, no Estado do Espirito Santo, com a falta de trabalho que assola o distrito de Braço do Rio, e a ocupação da área que deu origem ao Acampamento Fidel Castro, surgiu muitos transtornos que vem tirando a força e a resistência das famílias acampadas. O Acampamento Fidel Castro abriga hoje, 70 famílias, aproximadamente 275 pessoas, tendo desde 2017, uma liminar de despejo destas famílias. Desde o ano de 2021, com a pandemia da COVID-19, há uma suspensão desta liminar. Para os acampados, a suspensão da reintegração de posse legitima a luta pela Reforma Agrária, uma demanda urgente da sociedade.

As famílias do Acampamento Fidel Castro, que integra a luta do MST, almejam a realização da reforma agrária e lutam incansavelmente mantendo-se acampadas vivendo em péssimas condições, em barracas de lona, sob ameaça constante de despejo por parte dos empresários e latifundiários, da Polícia e do Estado em geral, faz-se relevante desenvolver esta pesquisa sobre o acampamento supracitado a fim de enfatizar a luta constante das famílias acampadas que lutam pela conquista de direito e necessidade de acesso à terra no intuito de questionar a concentração de terras e de poder e a promoção da desertificação[4], do desemprego, da contaminação do solo e da água. Tendo isso como um desafio a ser enfrentado pelo MST e pelas centenas de famílias acampadas hoje em todo Espírito Santo.

---

[3] O setor de Frente de Massa, integra a estrutura organizacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no qual é responsável pela realização dos trabalhos de base e a conscientização e organização dos acampamentos (MST, 2022).

[4] Desertificação é o processo de transformação e empobrecimento dos solos, fazendo com que eles fiquem semelhantes ou iguais ao ambiente de um deserto. Esse processo é resultado da ação humana sobre a natureza.



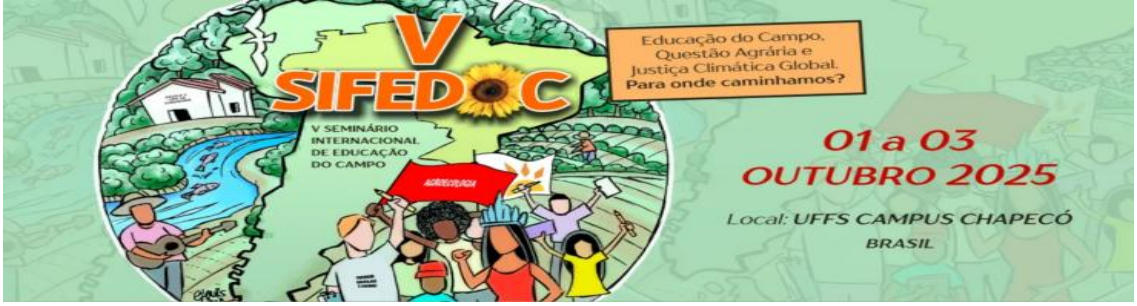
A escolha deste tema está diretamente ligada ao fato de eu, enquanto pesquisador, também estar acampado neste acampamento e estar acompanhando de perto este processo e a trajetória de luta para que as pessoas pudessem conquistar o direito de produzir seu alimento. Apresentarei aqui, relatos e tentarei mostrar a trajetória de luta e resistência das famílias para conquistar seu espaço em busca do sustento familiar e formar o então Acampamento Fidel Castro em realidade na vida das famílias acampadas.

O objetivo desse artigo, é mostrar o processo de luta e conquista da terra pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no norte do estado do Espírito Santo, fazendo uma releitura do processo de distribuição e ocupação das terras e apresentar a organização e articulação das famílias na ocupação do acampamento Fidel Castro e a resistência com os despejos, conhecendo a realidade de vida das famílias acampadas, e suas expectativas a respeito da luta pela conquista da terra e o MST.

Metodologia

Diante da necessidade de levantar questões sobre o tema pesquisado, a investigação proposta desenvolver-se-á por meio de uma pesquisa de abordagem qualitativa. A metodologia qualitativa segundo Minayo (2003) trata-se de uma atividade da ciência, que visa à compreensão da realidade, que consiste em estruturas e instituições identificáveis. Ou seja, a pesquisa qualitativa, se preocupa com dimensões que não pode ser quantificado, trabalhando com o universo de crenças, valores e outros significados.

Nesta incursão investigativa, organizamos o processo de pesquisa em três momentos relacionados: 1º) Levantamento Bibliográfico sobre conceitos e categorias que fundamenta essa pesquisa, a saber: Luta pela terra e Territórios; reforma agrária, ocupações de terra, luta e resistência camponesa; 2º) pesquisa de campo utilizando duas formas de coletas de informações, uma primeira a participação nas reuniões da Coordenação do Acampamento, reuniões estas mensais, no qual foram registrados relatórios descritivos deste espaço com informações de como está à organização do acampamento. A segunda foi à pesquisa *in loco*, com instrumentos investigativos como observação guiada a partir de um roteiro básico de intenções do que observar sendo: organização das moradias das famílias, espaço de plantio e produção de



alimentos. E a realização de entrevistas semiestruturadas para cinco coordenadores do acampamento com roteiros abertos a complementação durante o próprio desenvolvimento da entrevista; 3ª) Sistematização das informações coletadas, análise dos dados e escrita do artigo.

O processo da constituição do Acampamento Fidel Castro

Para iniciar essa reflexão sobre o processo de resistência e territórios, é necessário buscar conhecer mais sobre os acampamentos da reforma agrária. De acordo com Fernandes (2012) diz que:

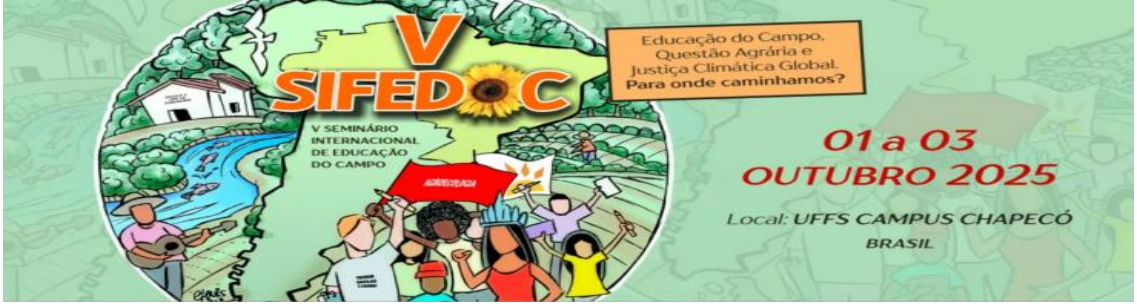
> Acampamento é um espaço de luta e resistência. É a materialização de uma ação coletiva que torna pública a intencionalidade de reivindicar o direito a terra para produção e moradia. O acampamento é uma manifestação permanente para pressionar os governos na realização da Reforma Agrária. Parte desses espaços de luta e resistência é resultado de ocupações de terra; outra parte está se organizando para preparar a ocupação da terra (p.21).

Neste sentido, o Acampamento Fidel Castro, resultado de um trabalho de base realizado com a frente da massa organizada, iniciando com a mobilização e organização dos trabalhadores em busca da conquista da terra para trabalhar e melhorar suas condições de vida.

O acampamento Fidel Castro recebeu esse nome porque a ocupação se deu em 27 de outubro de 2016 e no mês seguinte, houve o falecimento do Líder da Revolução e Presidente de Cuba, Fidel Castro e, por sua bravura em defender a classe trabalhadora, os acampados, juntos com liderança do MST homenageou o líder socialista cubano.

O acampamento é constituído por famílias que perderam seu emprego e não receberam seus direitos trabalhistas e ansiosas lutam pela reforma agrária por uma vida justa e igualitária para todos e a desconcentração da terra controlada pelo agronegócio e a monocultura do eucalipto, cana-de-açúcar, que vem avançando quase todo território do município de Conceição da Barra/ES.

Segundo Fernandes (2012), os acampamentos são espaços e tempos de transição na luta pela terra. São, por conseguinte, realidades em transformação, uma forma de materialização da organização dos sem-terra, trazendo em si os principais elementos organizacionais do movimento. Os acampamentos são, predominantemente,



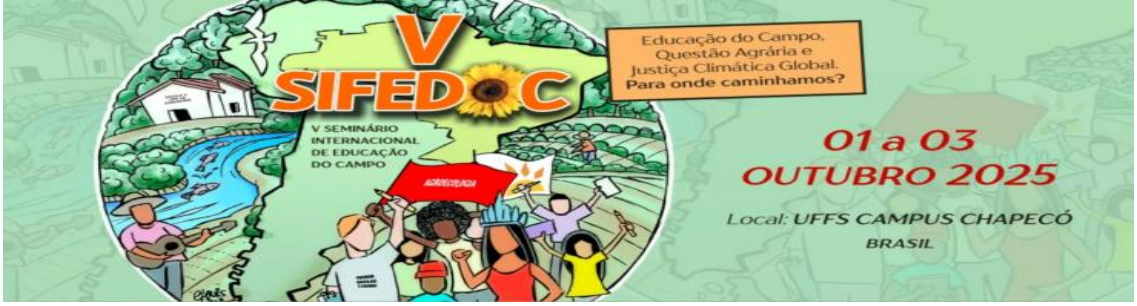
resultado de ocupações. Assim sendo, demarcam nos latifúndios e nos territórios do agronegócio os primeiros momentos do processo de territorialização camponesa.

A ocupação dos Territórios pela Reforma Agrária

O território camponês é compreendido como espaço de vida, produção e residência das famílias camponesas, com foco na agropecuária e na produção de alimentos saudáveis para as cidades (Fernandes, 2009). A luta pela terra, especialmente no Brasil, tem no MST uma referência de resistência camponesa (Fabrini, 2002). Há uma disputa de sentidos sobre o território: enquanto o capital o vê como recurso produtivo, os camponeses o reconhecem como abrigo e espaço de relações sociais. Essa apropriação camponesa do território favorece uma produção diversificada e sustentável, abrindo espaço para movimentos sociais e educacionais que propõem novas formas de viver no campo. Destacam-se iniciativas como o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e os Centros de Formação Familiar em Alternância-CEFFAs, que adotam a Pedagogia da Alternância, fortalecendo a formação e a permanência das famílias no meio rural. O texto, assim, valoriza as formas alternativas e solidárias de ocupação do território, em contraste com a lógica concentradora e capitalista do agronegócio.

O Acampamento Fidel Castro na Luta Pela Reforma Agrária

A Reforma Agrária Popular, busca democratizar a propriedade da terra na sociedade e garantir o seu acesso, distribuindo-a a todos que a quiserem fazer produzir e dela usufruir. Para alcançar esse objetivo, o principal instrumento jurídico utilizado em praticamente todas as experiências existentes é a desapropriação, pelo Estado, das grandes fazendas, os latifúndios, e sua redistribuição entre camponeses sem-terra, pequenos agricultores com pouca terra e assalariados rurais em geral. Há, no entanto, diversas formas de obtenção de terra pelo Estado, para eliminar a grande propriedade. A primeira e mais usada é o instrumento da desapropriação. Estabelecidos os critérios de classificação de latifúndios e/ou grandes propriedades que devem ser repartidos, o governo emite um decreto desapropriando, ou seja, transferindo a propriedade privada daquela área do fazendeiro/proprietário capitalista para o Estado. Para haver



essa transferência de titularidade, o governo indeniza o ex-proprietário mediante critérios de valores definidos pelas leis de cada país. Esses valores podem ser simbólicos ou podem ser os mesmos preços praticados no mercado. Feita a transferência da propriedade da fazenda para o Estado, ele organiza um projeto de distribuição daquela terra às famílias de agricultores sem-terra da região que assim o reivindicarem.

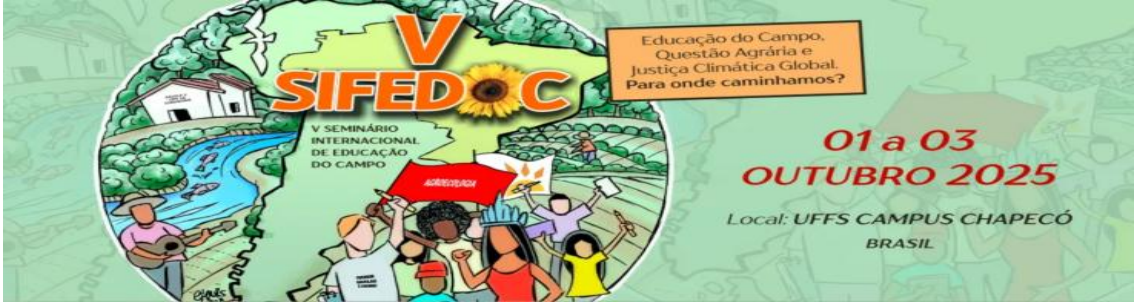
O segundo instrumento é a expropriação ou confisco. É quando a titularidade da propriedade dos grandes fazendeiros é transferida para o Estado sem nenhuma indenização ou pagamento de valores. Essa situação depende da legislação existente em cada país, e é uma punição por irregularidades praticadas pelo fazendeiro. (STÉDILE, 2012, p.657).

As ocupações de terra

Para (ROSA, 2012, p. 509) as ocupações de terra são hoje a principal estratégia de ação coletiva adotada por movimentos sociais que lutam pela realização de uma Reforma Agrária no Brasil. Podemos afirmar que o uso do termo ocupação de terras no seu sentido contemporâneo foi cunhado pelo MST. O uso do termo ocupação foi estratégico na formulação das bases de justificação e legitimação do MST e na demanda pela realização da Reforma Agrária no Brasil.

Se o termo invasão, utilizado ao longo dos anos 1960 e 1970, trazia consigo tons pejorativos e denotava prática considerada ilegal no que diz respeito ao direito de propriedade, o uso do substantivo ocupação indica outro cenário. Ao usar o termo ocupação, o MST se refere ao direito constitucional de todo cidadão brasileiro de ter acesso à terra, conforme o Estatuto da Terra (lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964), que, em seu artigo 2º, assegura “a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social” (BRASIL, 1964).

Desde a sua fundação, o MST ocupa e realiza acampamentos para reivindicar o uso socialmente justo de propriedades públicas e privadas que não cumpram a sua função social, seja em relação aos níveis de produtividade, seja no que diz respeito à conservação dos recursos naturais, ou, ainda, em termos de relações justas entre trabalhadores rurais e patrões.



O processo de resistência do Acampamento Fidel Castro.

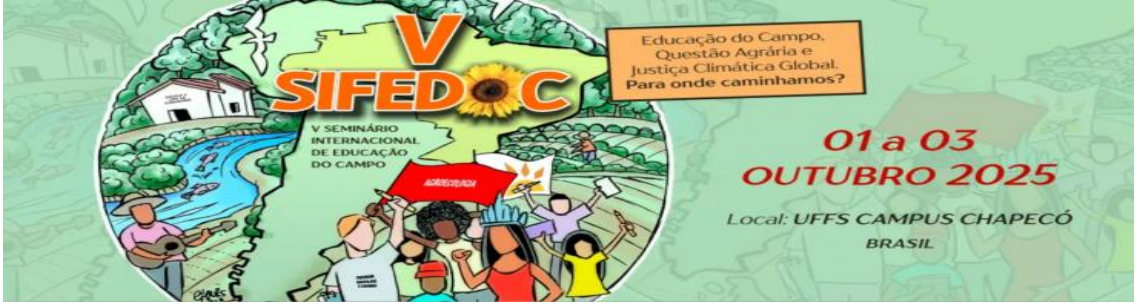
Homens e mulheres trabalham para o combate da pobreza, cultivando sonhos e colocando comida na mesa proporcionando bem-estar à população operária e camponesa. Tantas noites de vigília, para manter a segurança protegendo homens e mulheres, idosos e crianças, são tantos momentos difíceis, mas que logo se revertem em sentimentos de alegria ao ver tanta fartura, onde antes era tristeza agora é festa e cantoria.

O lema dos acampados é ocupar, resistir e produzir. É assim a vida desse povo, são centenas de famílias que veem na luta e resistência de permanecer acampadas e produzindo a garantia da sobrevivência, com saúde, educação para os filhos e a certeza de que a terra produz, a partir da coragem de quem nela habita e faz gerar o fruto do trabalho.

Ninguém educa ninguém as pessoas se educam umas com as outras, mediatizados pelo mundo, em movimento em busca de melhorar seu modo de vida enquanto sujeitos da sua própria história (PAULO FREIRE, 1987). Esse tem sido o cotidiano das famílias que vivem no acampamento Fidel Castro desde 27 de outubro de 2016 buscando transformar suas vidas através do trabalho, cultura, educação, saúde, na certeza de que só o trabalho gera riqueza e humaniza as pessoas seja coletiva ou individualmente.

Resultados e Discussão

O Acampamento Fidel Castro, do MST, passou por diversas fases marcadas por despejos e reocupações. Após o segundo despejo em outubro de 2018, as famílias ficaram por um ano no assentamento Pontal do Jundiá, em Conceição da Barra (ES), enfrentando grande dificuldade financeira devido à alta taxa de desemprego na região. Inspirados por uma lógica de solidariedade e resistência contra o capitalismo excludente (conforme Bogo, 1999), o MST organizou uma nova ocupação, desta vez em uma área de plantio de eucalipto da multinacional Suzano, situada à margem da BR-101 no município de Pinheiros, no dia 19 de outubro de 2019, com a presença de cerca de 50 famílias apoiadas por militantes de acampamentos vizinhos.



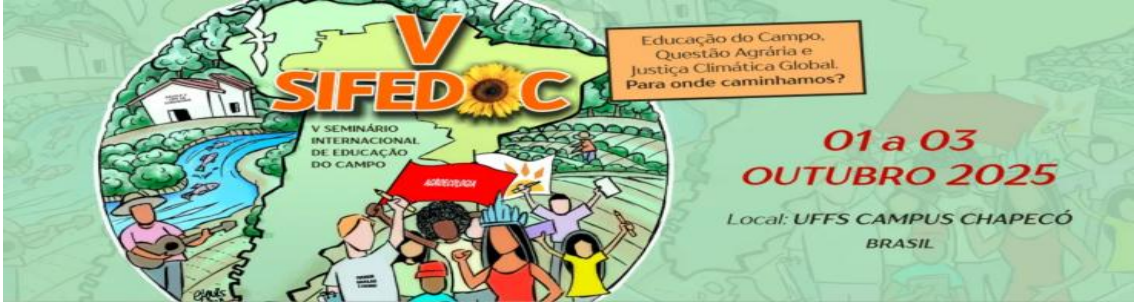
A coordenadora Camomila [5] relata que, apesar de aparentemente pacífica, a ocupação foi tensa pela área pertencer a uma grande multinacional. A nova ocupação refletia a resistência das famílias frente à ausência de políticas públicas eficazes de reforma agrária. As famílias acampadas derrubaram eucaliptos com esforço coletivo e passaram a cultivar alimentos como mandioca e hortaliças, além de criar porcos e galinhas, sem o uso de maquinário agrícola. Esse modelo permitiu maior estabilidade no campo, incentivando a permanência das famílias mesmo diante das incertezas do processo de desapropriação.

O acampamento se estrutura em núcleos de aproximadamente 15 famílias, com coordenação própria, o que facilita a organização interna e a socialização. No entanto, há dificuldades na escolha de coordenadores, pois muitos alfabetizados evitam assumir responsabilidades. A participação coletiva e a formação política são centrais: o acampamento promove atividades educativas com enfoque na cooperação e no fortalecimento do trabalho coletivo, aspectos entendidos como essenciais para a transformação social.

A estrutura do acampamento conta com diversos setores: finanças, infraestrutura, produção, educação, saúde, alimentação, limpeza, segurança, cultura, lazer e gênero. O setor de finanças organiza a contribuição mensal das famílias, essencial para a manutenção de atividades e despesas como combustível e água. O setor de infraestrutura cuida dos motores de água, casas de apoio e estradas, enfrentando desafios com a rotatividade dos coordenadores. Já o setor de produção tem a função de garantir alimentação saudável e suficiente às famílias, incentivando a agricultura sem agrotóxicos.

Na área da educação, o acampamento se articula com escolas próximas para garantir a escolarização de crianças e adultos, embora não conte com escolas itinerantes. A saúde é abordada de forma preventiva, com orientação e encaminhamentos a hospitais quando necessário. Na pandemia, houve cuidados para evitar aglomerações.

[5] Os coordenadores que participaram da pesquisas foram denominados com nomes de plantas para garantirem a sua identidade.



A equipe de alimentação organiza doações e refeições em eventos, e a limpeza é realizada de forma coletiva quinzenalmente.

A segurança é garantida por controle de entrada, principalmente após as 22h, e disciplinamento interno. Atividades culturais e esportivas são incentivadas para fortalecer a convivência e a identidade coletiva. O setor de gênero promove encontros com mulheres e jovens, apesar da baixa permanência da juventude, ponto de preocupação. A coordenação interna busca manter a organicidade e preparar lideranças para continuidade do processo coletivo.

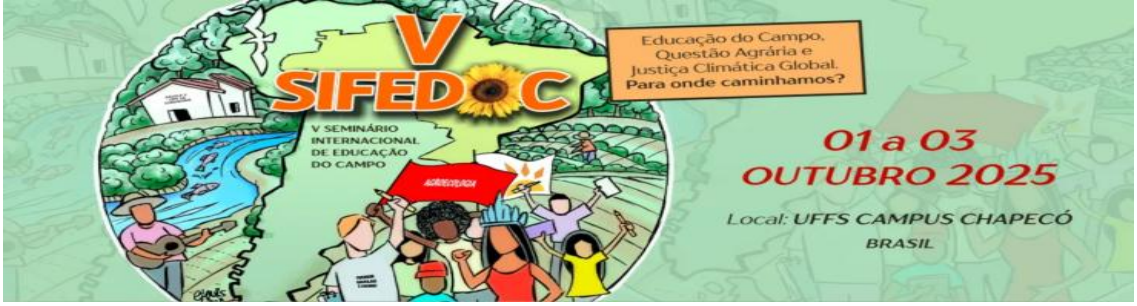
As famílias vivem em barracos simples, construídos com materiais locais como eucalipto, lonas e bags de café. A infraestrutura é precária, com constantes reformas devido à ação de cupins. Cada lote mede cerca de 2.000 m², e a água é distribuída por rodízio. A produção agrícola inclui mandioca (usada para farinha), batata-doce, milho, feijão, frutas e hortaliças, voltada sobretudo para a subsistência, com pouca criação de animais. A mandioca e os porcos geram alguma renda.

Coordenadores como Arruda, Camomila, Alecrim e Girassol relataram os principais marcos da luta: despejos, resistência em áreas sem condições de produção, ocupações triunfais e perdas significativas. A lembrança mais marcante é o despejo de julho de 2017, que causou a desistência de várias famílias. Outro momento difícil foi o período de seis meses acampados em território quilombola, sem condições adequadas para cultivo.

Apesar de todas as conquistas organizativas, o futuro das famílias ainda é incerto. A principal dificuldade atual é a ausência de garantia no processo da reforma agrária, o que gera desânimo e insegurança. No entanto, o acampamento Fidel Castro representa uma experiência concreta de luta, resistência e organização coletiva em busca de justiça social no campo.

Conclusão

O processo de ocupação tem mostrado que as famílias estão interessadas, em cultivar a terra e lutam pela tão sonhada realização da reforma agrária com a desapropriação



da terra ocupada e a realização de mais um assentamento no estado do Espírito Santo. De acordo com a pesquisa realizada, observamos que os resultados obtidos foram de grande relevância, pois mostra a realidade que, ainda é desconhecida por muitos ou que se apresenta de forma sistematizada, ressaltando a importância do trabalho de base, salientando que a participação de todos na luta do povo renova a esperança de alcançar o objetivo comum.

Pelo fato de o MST ser um movimento social de base, seu objetivo é problematizar junto aos sujeitos, para que no coletivo o processo de conscientização aconteça, acerca da importância da luta pela terra e da transformação social, focando as questões do trabalhador do campo na luta pela reforma agrária, que surgiu no Brasil há quatro décadas em busca de melhores condições de vida para o povo no campo. O retrocesso ao processo de luta e conquista da terra pela reforma agrária no norte do Espírito Santo e a concentração das terras pelas grandes empresas de monocultura do eucalipto e da cana de açúcar, a realidade de vida de centenas de famílias de trabalhadores que vivem e anseiam incansavelmente pela tão sonhada reforma agrária.

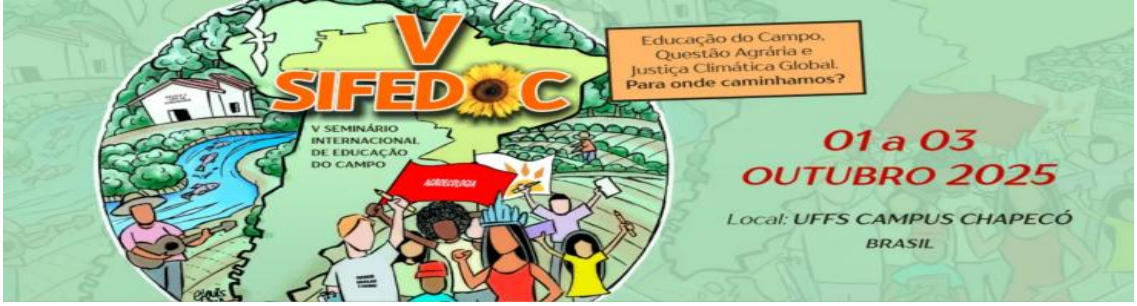
Logo, os resultados mostram que, apesar dos riscos, é compensatória a luta por nossos direitos, a busca pela utopia permite manter viva a esperança de conquistar a terra para plantar e colher nossos alimentos, ter um lar para abrigar a família e essa história deve ser mostrada com orgulho para que todos conheçam e saibam que somos trabalhadores que lutamos por direitos iguais.

Referências bibliográficas

A questão agrária no Brasil: **O debate na esquerda – 1960-1980**/ João Pedro Stedile (org) ; Douglas Estevam (assistente de pesquisa)--2. ed.-—São Paulo : Expressão Popular, 2012. 320 p.

Brasil. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964: **dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, 31 nov. 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm. Acesso em: 16 set. 2011.

Fabrini, J. E. **Os assentamentos de trabalhadores rurais sem-terra do Centro-Oeste/PR enquanto território de resistência camponesa.** 2002. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2002.



Fernandes, B. M. **Sobre a tipologia de territóri**os. In: Saquet, M. A.; Sposito, E. S. (org.). *Territórios e territorialidades*: teoria, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 197-215.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

ROSA, Marcelo Carvalho. Ocupações de terras. IN CALDART, Roseli Salete. **Educação do campo**. In: CALDART, Roseli Salete et al (Org.). Dicionário da Educação do Campo. São Paulo e Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012. p.509-512.

STEDILE, João Pedro. Reforma Agrária. IN CALDART, Roseli Salete. **Educação do campo.** In: CALDART, Roseli Salete et al (Org.). Dicionário da Educação do Campo. São Paulo e Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012. p.657-666.